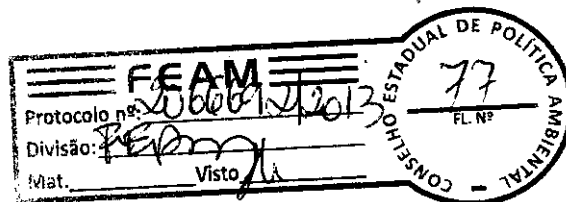




Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente



Processo nº3751/2001/002/2004

Referência: Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, infração gravíssima, porte pequeno.

Interessado: GÁS MG COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA.

PARECER JURÍDICO

A sociedade empresária em referência foi autuada por cometer uma infração tipificada no artigo 19, § 3º, item 2 do Decreto nº 39.424/98, por "O empreendimento descumpriu os itens II e V do art. 3º, §2º da Deliberação Normativa COPAM 50/2001", sendo aplicada a multa de R\$5310641,00 alterada para R\$10.001,00 na forma do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08.

Inconformada a sociedade interpôs Recurso dirigido à Câmara Normativa Recursal do COPAM, tempestivamente, onde em síntese alega:

-quando da autuação a recorrente, além de ter cumprido com as obrigações que lhe eram impostas, também se encontrava dentro dos prazos permitidos pelos dispositivos legais;

-após a desativação do SASC, a recorrente, atendendo a convocação do Ministério Público, esclareceu os procedimentos adotados, tendo o inquérito sido arquivado;

- considerando que não ocorreu nenhum dano ao meio ambiente requer o acolhimento do recurso, anulando-o e conseqüentemente a multa.

Do ponto de vista jurídico, a recorrente não apresentou nenhuma argumentação capaz de descaracterizar a infração descrita no auto de infração.

O argumento de quando ocorreu a autuação, *o recorrente já se encontrava com a sua situação regularizada, além de possuir prazo para seu cumprimento*, não poderá prosperar. Ao contrário do afirmado, a vistoria ocorreu em 28/10/2003, sendo que a norma determinando o cumprimento de obrigações aos postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis foi publicada no ano de 2001, bem antes da autuação.

O recorrente incorreu em irregularidade ambiental classificada como de natureza gravíssima. Foi autuado por descumprimento das determinações definidas na Deliberação Normativa COPAM nº 50/2001, alterada pela DN 108/07, referente aos itens II e V da citada norma. O fato de após fiscalizada corrigiu sua situação, não descaracteriza a infração cometida.

Dessa forma, podemos afirmar, facilmente, que não cabem questionamentos sobre a permanência do Auto de Infração, uma vez que não foram atendidos todos os requisitos determinados na norma pelo recorrente.


Em consulta ao SIAM constatamos que o empreendimento obteve em 2007 uma AAF que venceu em 2011, devendo ser novamente fiscalizada pela SEMAD.

Conclusão:

Diante dos fatos narrados, deve ser o presente Recurso encaminhado a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, a fim de que seja **indeferido o recurso** apresentado com a conseqüente manutenção da multa aplicada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

Recomendamos, nova fiscalização pela SEMAD ao empreendimento, conforme informação do SIAM do vencimento AAF concedida.

É o parecer, s.m.j.


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9